



Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil

GUIA DE DISSEMINAÇÃO

FINANCIADORES



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN
CIDADANIA ATIVA



PARCEIROS



CASCAIS





Índice.

Nota Prévia 7

Introdução 9

Problematização 11

Definição da Prática 15

Descrição da Prática 17

Condições para o Desenvolvimento da Prática 25

Potencialidades e Limitações da Prática 27

Recursos Adicionais 29

Referências 31

Bibliografia 33



Nota Prévia.

O projeto “Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal” visa promover processos de democracia participativa, que produzam mudanças transformadoras na sociedade. É coordenado pela Associação In Loco, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e as Câmaras Municipais de Cascais, Funchal, Odemira e Porto. O financiamento do projeto cabe à Fundação Calouste Gulbenkian, enquanto entidade gestora do Programa Cidadania Ativa, com o apoio da Noruega, Islândia e Liechtenstein através do EEA Grants.

A sua implementação encontra-se projetada em três fases distintas. A primeira consistiu numa pesquisa e mapeamento de práticas participativas desenvolvidas em Portugal e a nível internacional. O resultado deste trabalho encontra-se disponível na página de Internet do projeto - www.portugalparticipa.pt - respetivamente nas secções “Observatório” e “Internacional”. Ainda nesta fase, acordou-se com as câmaras municipais parceiras as práticas a experimentar em cada território.

Na segunda fase de implementação, deu-se prioridade à formação em metodologias participativas para um amplo leque de atores, sobretudo dos quadros político e técnico das autarquias, bem como de organizações da sociedade civil.

Com o objetivo de criar um espaço de partilha e troca de experiências constituiu-se a Rede de Autarquias Participativas, uma estrutura colaborativa que congrega câmaras municipais e juntas de freguesia comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local.

Por último, a terceira fase de implementação do projeto implicou a experimentação de práticas de participação inovadoras nos territórios parceiros, nomeadamente Cascais, Odemira, Funchal e Porto. É neste contexto que surge a produção do presente guia de disseminação, que tem como objetivo ser uma ferramenta de consulta fácil, que permita a qualquer autarquia obter informação sobre as especificidades da metodologia em causa, de forma a poder aplicá-la, fazendo as necessárias adaptações contextuais.

Intro- dução.

Num contexto de alterações climáticas e apressado crescimento populacional, torna-se praticamente inevitável que as regiões e os seus habitantes se tornem vulneráveis a catástrofes naturais e outros tipos de desastres. Face ao cenário de calamidade eminente em alguns territórios, os governos sentem cada vez mais necessidade de pensar estratégias de intervenção, que não se limitam à atuação pós desastre, mas que incidam na prevenção e preparação da população para lidar com essas situações nos seus territórios.

Neste sentido surgiram os NUPDEC – Núcleos de Proteção e Defesa Civil, pensados para atuar nas áreas de risco, implementando ações preventivas e de educação das comunidades, contribuindo para uma maior resiliência dos espaços.

Tendo como princípio a proteção e a construção de Territórios Resilientes, este guia de disseminação pretende proporcionar algumas linhas orientadoras para a implementação de NUPDEC, servindo de apoio ao planeamento e execução de ações. Conhecendo alguns princípios básicos para a formação destes

Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil

Núcleos, conseguirá agrupar parceiros e obter resultados positivos na Gestão Integrada de riscos de desastres.

Ao longo deste guia serão dados a conhecer alguns tópicos que irão ajudar a compreender os passos para implantação do NUPDEC e entender que a sua finalidade é agregar ações de Proteção Civil junto da população. Nele participam pessoas voluntárias que contribuirão para o fortalecimento da equipa de Proteção Civil na escola, no bairro ou em territórios mais vastos.

Problematização.

Os problemas ambientais e, conseqüentemente, as catástrofes naturais fazem parte da história da humanidade e têm causado danos imensuráveis por todo o mundo. Quando acontecem recordam-nos a condição da fragilidade humana e da suscetibilidade a que estamos sujeitos perante os desígnios da natureza. Uma catástrofe consiste num evento incontrolável, com uma duração de tempo limitada e que resultará muito provavelmente em perdas e prejuízos, sejam eles humanos, económicos ou até mesmo (e muitas vezes esquecidos) ecológicos. Quando ocorre, relembra a necessidade de pensar estratégias de prevenção e sensibilização das populações de forma a atenuar as perdas.

É certa a característica incontrolável da natureza, mas as conseqüências dos desastres naturais agravam-se quando à tempestuosidade do elemento ambiental se adicionam fatores humanos, contribuindo os mesmos para o aumento do risco. As ações humanas, em caso de catástrofe, podem refletir-se exponencialmente no agravamento das conseqüências do mesmo.

São múltiplas as formas de pressão exercida pela sociedade sobre o ambiente:

- i) falta de controlo sobre os impactos das ações humanas na natureza;
- ii) crescimento demográfico acentuado, desenvolvimento económico e consequente pressão para a exploração dos solos;
- iii) construção nos leitos de rios e ribeiras;
- iv) desflorestação e diminuição da capacidade de escoamento natural dos solos;
- v) impermeabilização dos solos;
- vi) poluição, entre outros.

Estas quando agregadas aos fatores socioeconómicos que tornam os países pobres mais vulneráveis, têm proporcionado uma crescente afetação das populações e consequente aumento de zonas de risco. Isto tem obrigado a que, cada vez mais, os governos procurem mecanismos que possibilitem a construção de alternativas alicerçadas nos pilares da proteção e da prevenção.

Preocupada com a realidade dos desastres em todo mundo,

a ONU, instituiu o Marco de Ação de Hyogo, que forneceu orientações cruciais para os esforços destinados a reduzir o risco de catástrofes e contribuir para o progresso no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. A sua aplicação evidenciou, no entanto, uma série de lacunas na abordagem dos fatores subjacentes ao risco de desastres, na formulação de metas e prioridades de ação, na necessidade de promover a resiliência em todos os níveis e de garantir meios adequados de execução.

Com foco na prevenção, o pacto também se estendeu à construção de escolas resilientes. Isto implica uma ação concertada junto das comunidades locais começando pelos estabelecimentos de ensino, assumindo as crianças e jovens como potenciais catalisadoras de mudança junto das suas famílias, vizinhos e comunidade. Considerando que é fundamental um trabalho direcionado à sustentabilidade e prevenção no âmbito local, a Organização das Nações Unidas (ONU), mais uma vez, realizou um pacto entre Nações, pelo qual estabeleceu o Marco de SENDAI, em março de 2015. Este definiu diretrizes e estratégias para 2015-2030, em prol da resiliência das Cidades. Oriundo do Marco de Hyogo,

que traçou orientações de 2005 a 2015, ambos visaram a ação dos países na formação de uma população mais resiliente aos riscos de catástrofes naturais.

No documento, intitulado, Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, dentre outras prioridades, ressaltou-se a importância de se,

promover a incorporação de conhecimento sobre o risco de desastres – incluindo prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação – na educação formal e não-formal, bem como na educação cívica de todos os níveis e no ensino e formação profissionalizante; promover estratégias nacionais para reforçar a educação e a conscientização pública sobre a redução do risco de desastres, incluindo informações e conhecimentos sobre essas situações, através de campanhas, comunicação social e mobilização comunitária, tendo em conta os públicos específicos e as suas necessidades.

Foi assim reconhecida e determinada a importância de preparar as populações locais para dar resposta aos riscos do seu território, sensibilizando, educando e investindo na (in)formação e conscientização. É neste contexto que surge o NUPDEC.



Definição da Prática.

Os NUPDEC têm a finalidade de desenvolver um processo de orientação e sensibilização junto da população, tendo como principal objetivo atuar na proteção e minimização dos riscos de desastre. A sua instalação é prioritária em territórios sensíveis a estas situações e têm o intuito de organizar e preparar a comunidade local para dar uma pronta resposta perante catástrofes. O seu caráter é permanente pelo que, em situação de normalidade, incidem no planeamento de ações de defesa civil visando a proteção comunitária. Essas devem funcionar em estreita colaboração entre os órgãos do Governo, as entidades responsáveis pela proteção e defesa civil e a população local. Esta ligação permitirá que, quando avisados pelas entidades competentes, os elementos NUPDEC mobilizem os meios necessários para preparar a restante comunidade para agir perante a eminência de determinado desastre, diminuindo o efeito surpresa que assola muitas vezes as populações das zonas afetadas.

O princípio do protagonismo social faz parte da lógica do NUPDEC. Esse assenta na ideia de que as pessoas possuem uma capacidade de mobilização muito favorável para construção de pactos voltados, principalmente, para a garantia de direitos efetivos em situações de risco de desastres e vulnerabili-

dades. A importância de se construir mecanismos objetivos para a garantia dos direitos nestes contextos é primordial, sobretudo, quando as pessoas participam diretamente no processo de definição dos princípios básicos de orientação que certamente, a partir da prática, irão transformar realidades.

Durante as calamidades, crianças, adolescentes, pessoas idosas, com deficiência e outros grupos vulneráveis, muitas vezes sofrem com a ausência ou escassez de ações direcionadas prioritariamente à sua proteção.

Assim, “o NUPDEC viabiliza espaços participativos e democráticos na comunidade, articula os diversos atores sociais para a consolidação de um plano que vise a construção de princípios para uma melhor convivência com o meio ambiente local.” (Lucena, 2005, p.14)

Tendo por base estes cenários, torna-se necessária a definição de medidas mais proactivas no que se refere à construção de ações focadas nos riscos, na educação ambiental, bem como, no que fazer para minimizar vulnerabilidades e proteger as pessoas.

A UNESCO (2005, p. 44) destaca que, “a educação ambiental deve ser vista e entendida de forma holística, onde o homem como ser social e cultural deve aprender a ser e aprender a conviver em harmonia com o meio ambiente em todas as suas formas”.

Nesse sentido, é fundamental que a comunidade e a escola estejam focadas na construção de valores ambientais e na redução de desastres de modo a proporcionar uma gestão de proximidade.

A “gestão de proximidade”, tratada por Lucena (2005), é significativa na medida em que se trabalha a ação democrática onde todos se sentem agentes da transformação e corresponsáveis pela prevenção de desastres na comunidade em que residem. Entende-se que com a interação dos sujeitos envolvidos na construção cidadã (técnicos, Defesa Civil e moradores) ocorre um processo de maturação onde os mesmos passam a decidir conjuntamente as suas prioridades (2013).

É interessante que, a partir do diálogo entre a comunidade, a escola e a equipa de defesa e proteção civil, é possível a construção de elementos de modo que todos passam a contribuir para a minimização das situações de risco.

Descrição da Prática.

- 1. Organização interna**

Antes de passar à fase de mobilização dos voluntários e parceiros do território para a criação do NUPDEC, é necessário que internamente o grupo técnico tenha bem definidas as necessidades e os objetivos de criação do mesmo.

Assim, há algum trabalho preparatório a ser feito antes de partir para ações externas:

 - a) Analisar a necessidade de criar NUPDEC'S na região,** avaliando quais as áreas do município que se encontram em situação de risco, seja pela vulnerabilidade apresentada pelo território, seja pelo historial de desastres do mesmo. Neste sentido é importante, desde logo, pensar também em estratégias de envolvimento de possíveis parceiros. O

diálogo com os mesmos deve ser entendido como um meio privilegiado para conhecer as fragilidades do território e recolher diferentes perspectivas sobre como enfrentá-las.

b) Refletir sobre as potencialidades da região e a forma como poderão ser aproveitadas.

c) Definir os objetivos e as respectivas metas deixarão mais evidentes e transparentes as responsabilidades e, consequentemente, os resultados.

d) Saber como organizar e chegar aos parceiros importantes no processo, listando quem são e que funções/ responsabilidades poderão assumir;

e) Definir estratégias e meios para chegar à fala com a população local, para informar, sensibilizar e mobilizar. É essencial saber que grupos populacionais se pretende mobilizar, pois isso ajudará a planejar as ações tornando-as mais eficazes. Faz sentido envolver os grupos formais e informais que constituem a vida em comunidade, nomeadamente família, igreja, escola, clubes e associações.

f) Identificar competências entre os voluntários que podem ser úteis na situação de emergência e elaborar estratégias de capacitação das pessoas para agir de forma coerente perante tais situações.

g) Pensar além do momento, assegurando sempre a proteção e a prevenção. O ponto essencial é o cuidado com as pessoas em todas as fases de Proteção e Defesa Civil.

Para além das ações indicadas, é necessário responder às seguintes questões:

- *Onde queremos formar os NUPDEC?*
- *O que queremos fazer a partir de formação dos NUPDEC?*
- *Que parceiros são importantes na construção desse trabalho?*
- *Que resultados pretendemos alcançar?*
- *Qual o caminho que iremos percorrer para alcançar os objetivos desejados?*
- *Quando queremos iniciar a construção desse trabalho?*

2.

Sensibilização e mobilização da comunidade

Devem ser planejadas ações de sensibilização e mobilização da comunidade que terão como intuito envolver a mesma no NUPDEC. Este passo é essencial para que essa se possa apropriar das potencialidades e problemas do seu território, permitindo que desperte para a importância de uma participação ativa nas soluções.

Para planejamento das ações de sensibilização e mobilização devem ser considerados os seguintes pontos orientadores:

a) Articular e adaptar. A intervenção junto da comunidade deve ser cruzada com outras ferramentas e instrumentos de participação e ação comunitária, devidamente adaptados, como por exemplo o teatro. Dever-se-á também entender em que círculos se movimentam os grupos a mobilizar para melhor chegar às pessoas. A escola, por exemplo, revela-se um meio privilegiado para intervir junto das crianças e jovens e deverá ser equacionada a possibilidade de envolvimento da mesma no processo, considerando o potencial educador das crianças junto dos seus familiares.

b) Conscientizar e sensibilizar. Como ponto de partida para a mobilização e envolvimento da comunidade no NUPDEC, é essencial começar por sensibilizar e conscientizar a mesma para as vulnerabilidades e riscos existentes no seu território. Este trabalho deve abordar a possibilidade de

reverter os riscos da região através de uma ação local concertada. Este princípio estruturante funcionará como um catalisador de consciências, contribuindo para uma maior motivação e envolvimento. A intervenção a desenvolver deverá igualmente trabalhar o sentido de pertença comunitária. A identidade local, a herança cultural e histórica da região e a importância dos comportamentos éticos, solidários e participativos face ao território contribuirão para uma avaliação mais consciente dos riscos e das possibilidades de intervenção na comunidade.

c) Envolver. A mobilização é realizada também no sentido de angariar participantes para o curso de Formação do NUPDEC. Assim, durante a ação de sensibilização e mobilização, o grupo técnico deverá ter preparados os materiais para a realização de inscrições de potenciais interessados. Para esse efeito deverá estar estabelecido, antes da ação, quantos cursos serão realizados, quantas turmas serão formadas e qual a faixa etária dos formandos. Toda esta informação deve estar bem definida para que na apresentação do projeto todas as perguntas sejam respondidas e a informação passe de forma clara. A inscrição no curso de formação contribui para firmar o compromisso com o NUPDEC.

d) Motivar continuamente. O trabalho de mobilização da população e parceiros é um processo contínuo. A primeira reunião com estes atores deve ser encarada como o marco zero para o trabalho a desenvolver e devem estar estabelecidos objetivos e metas claros. A mobilização deve ser contínua a partir desse primeiro momento onde devem ser estabelecidas responsabilidades e funções. É importante que durante todo o processo se seja motivador. Criar espaços de encontro e permitir que os intervenientes se sintam elementos ativos do processo, projetando-se na construção

do passo a passo da formação do NUPDEC e vendo as suas sugestões serem consideradas é essencial para implicar os envolvidos. É igualmente importante favorecer o debate sobre os resultados, pois sem esse poderão ser frustrados e os parceiros poderão deixar de contribuir. No fundo é essencial democratizar o espaço para favorecer a participação e a coesão grupal.

e) Aproximar. Um fator que é também preponderante para a mobilização é a viabilização e uma maior aproximação entre a comunidade e as autoridades de Defesa e Proteção Civil, através do planeamento participativo. Assim, é imprescindível que os trabalhos possam ser desenvolvidos na própria localidade, para que as decisões sejam reportadas à população local.

3.

Curso de Formação de NUPDEC

O curso de Formação de NUPDEC tem como objetivo a capacitação de moradores da comunidade para a constituição do núcleo. Poderá realizar-se em clubes, associações, escolas, casas de particulares ou outras entidades da comunidade que se mostrem disponíveis para o acolher. A ação deverá abordar as seguintes temáticas:

1. A Proteção Civil
2. O NUPDEC e a sua importância
3. O voluntariado e o perfil do voluntário
4. A minha comunidade e o meio ambiente
5. O conceito de risco e de vulnerabilidade
6. Os riscos da minha comunidade
7. Orientação para uma melhor convivência na minha comunidade
8. Como atuar na prevenção de riscos
9. Participação e mobilização no processo de gestão

10. Planeamento de ações do NUPDEC
11. Simulacro
12. Curso básico de primeiros socorros

4.

Tomada de decisão

Os procedimentos e passos a ser tomados deverão ser estabelecidos a partir das decisões consensuais e da gestão da equipa de Proteção Civil e dos parceiros. Num processo colegial, a pluralidade é importante e as decisões devem ser conduzidas por consenso. Por outro lado, em algumas situações poderá ser necessário que as medidas sejam tomadas de forma gerencial, sabendo que poderá haver limitações legais ou parâmetros que precisam ser respeitados em determinadas fases. Independentemente disto, o importante é que, nas diferentes fases, todos possam tomar conhecimento e entendam os passos a ser dados e a forma como as ações se processam, assim como o porquê. A delegação de responsabilidades é saudável na construção da identidade do NUPDEC. No primeiro momento é preciso criar espaços que fortaleçam o grupo para que se crie autonomia, empoderamento e uma consciência cidadã na formação e manutenção do processo. Para Freire,

A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. É o processo de superação da esfera espontânea de apreensão da realidade (consciência ingênua), alcançando uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (consciência crítica) que corresponde ao desejo de compreender e apoderar-se da realidade que o circunda, atuando na sua transformação. Por isso, “a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo”. E essa descoberta de que a realidade é modificável e que o homem pode modificá-la é justamente a conscientização (2001: p. 30 e p.46).

É fundamental que os envolvidos possam entender que essa construção não é atribuição apenas dos gestores mas sim um compromisso de todas as pessoas, de toda a humanidade, indistintamente.

5. **Papel dos órgãos institucionais e parceiros**

Os órgãos institucionais, empresas, Governo, entre outros, poderão e deverão atuar na sustentabilidade do projeto. É por vezes comum que as intervenções se desmobilizem a partir das influências políticas ou mudanças de governo, ou até mesmo por conflitos e perspectivas de gestores. Essa realidade é negativa, pois acaba por fragilizar o que é fundamental neste tipo de ação, nomeadamente a Proteção e a Prevenção frente aos riscos socioambientais.

Assim, é oportuno que se criem acordos, pactos, alianças e se consolidem as ações do NUPDEC, detalhando por onde começar o trabalho. Seja na comunidade ou na escola, com os parceiros definidos e sabendo das suas responsabilidades. Assim é possível construir-se um sentido de responsabilidade entre todos para se fomentar as orientações sobre proteção e prevenção de riscos de desastres.

6. **Manutenção do NUPDEC**

A equipa de Proteção Civil, deve traçar um planeamento integrado com as comunidades de modo a construir um elo de confiança e criar compromissos entre os componentes do NUPDEC. Desse modo é importante:

a) **Monitorização.** Ao longo do processo deve haver registos das atividades, considerando relatórios, fotografias, apresentação de resultados, prestação de contas, avaliação de processo. Tudo isso faz parte da manutenção do NUPDEC.

b) **Avaliação.** É essencial que os resultados e dificuldades sejam partilhados tendo em vista a construção conjunta de melhorias.

c) **Imagem do NUPDEC.** É importante que o NUPDEC tenha uma imagem identificativa. Desse modo, certamente o grupo sentirá o reconhecimento e respeito por parte da comunidade. Nesse sentido dever-se-á criar um logotipo assim como material identificativo que possa ser utilizado pelos seus membros (ex.: crachás, camisas, etc).

d) **Ações sistemáticas.** Para manter a coesão grupal é importante dinamizar um plano de atividades e tarefas decidido conjuntamente e onde todos possam participar ativamente. Após o curso de formação do NUPDEC, dever-se-á estabelecer encontros e delegar tarefas para manutenção das ações. A formação do grupo coordenador do NUPDEC e identificação e credenciação dos seus elementos são tarefas que deverão decorrer em simultâneo com a procura de recursos físicos, materiais e humanos necessários à realização e manutenção das atividades do NUPDEC.

e) **Comemoração de resultados.** Esta é essencial para o reconhecimento dos esforços de todos.

f) **Participação no processo de gestão.** O grupo que integrar o NUPDEC deve estar mobilizado e estimulado para o envolvimento no processo de gestão de possíveis riscos. Dessa forma poderá contribuir para a mobilização de mais pessoas dentro da própria comunidade, apoiando permanentemente a prevenção de riscos junto dos seus pares. Assim, a comunidade organizada e a Defesa Civil estarão a trabalhar em conjunto para definir os caminhos a serem trilhados.

Condições para o Desenvol- vimento da Prática.

Para implementação de NUPDEC é necessário que se verifique um conjunto de condições políticas, sociais, técnicas e estruturais:

1. Existência de uma cultura política favorável, com manifesta vontade de investimento na articulação entre as autoridades de Proteção Civil e as comunidades locais das zonas de risco, favorecendo um conhecimento mais abrangente e integrado do território;
2. Abertura política e técnica para uma cultura de participação, autonomização e responsabilização das comunidades na prevenção de riscos e na preservação do seu território;
3. Disponibilidade das autoridades de Proteção Civil e de outros agentes do território para um processo partilhado de gestão e intervenção em zonas de risco;
4. Motivação, interesse e sensibilização da comunidade para a importância de ser agente ativo na prevenção e gestão de riscos. Sem a população e as organizações da sociedade civil não seria possível iniciar e sustentar o NUPDEC. Estas condições podem não estar asseguradas no início da prática mas devem ser consideradas para a sustentabilidade do processo;
5. Formação técnica prévia. A criação e gestão de um NUPDEC requer conhecimentos específicos, pelo que é recomendável formação abrangente para todos os elementos diretamente envolvidos, desde os técnicos e autoridades competentes, aos membros da comunidade;
6. A estrutura do NUPDEC. Este deve permitir e facilitar a codecisão, contribuindo assim para uma maior mobilização e motivação dos seus elementos.

Potencia- -lidades e Limitações da Prática.

A implementação de NUPDEC acarreta algumas vantagens e também limitações que devem ser consideradas, já que tanto fortalecem a prática como podem inviabilizar o sucesso da mesma.

Vantagens

- i) Descentraliza as decisões, envolvendo a comunidade e tornando-a agente ativo na intervenção na sua região;
- ii) Prepara a comunidade para a prevenção e intervenção face aos riscos do seu território, dotando-a de uma maior capacidade de resolução de problemas;
- iii) Viabiliza a construção de princípios para uma melhor convivência da comunidade criando uma cultura de respeito pelo seu meio-ambiente;
- iv) Promove a interação entre as autoridades de Proteção Civil e a comunidade, estimulando a população para uma cultura direcionada para a prevenção do risco;
- v) Possibilita o acesso da população local às ações desenvolvidas pelas autoridades de Proteção civil;
- vi) Gera uma cultura de participação junto do poder político, equipas técnicas e comunidade, ampliando os espaços de discussão e promovendo a construção coletiva;
- vii) Permite uma monitorização permanente das ações de defesa e proteção civil da região, assim como a avaliação constante das medidas executadas;
- viii) Favorece o crescimento do indivíduo e o desenvolvimento de competências que permitem uma atuação consciente na sua comunidade.

Limitações

- i) Possibilidade de desvio das finalidades do grupo por desconhecimento ou falta de cumprimento dos seus objetivos, tornando-o numa ferramenta de oposição ao poder eleito.
- ii) Dificuldade, por parte do poder político, de dar resposta às demandas da população;
- iii) Risco de desmotivação ou apatia por parte do grupo face às possíveis descontinuidades ou dificuldades do processo;
- iv) Possibilidade de divergência e conflito dentro do grupo;
- v) Dificuldade de encontrar técnicos ou voluntários especializados para contribuir para ações específicas exigidas pela comunidade;
- vi) Falta de implicação do grupo nas atividades da comunidade.

Recursos Adicionais.

<http://herramientas.cridlac.org/index.php>

<https://www.youtube.com/watch?v=NaDcyx6qECO>

<http://www.coeprasil.org.br/portal/publico/home.aspx>

<http://www.eird.org/index-esp2.html>

www.mobilizadores.org.br/.../nucleos-comunitarios-de-defesa-civil

<http://www.disaster-info.net/>

<http://www.cemaden.gov.br/>

<http://www.mi.gov.br/defesacivil>

blog.planalto.gov.br/brasil-possui-maior-numero-de-cidades-resilientes

<http://www.eird.org/americas/>



Referências.

FREIRE, P. (2001). *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes.

FREIRE, P. & SHOR, I (1986). *Medo e ousadia – o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

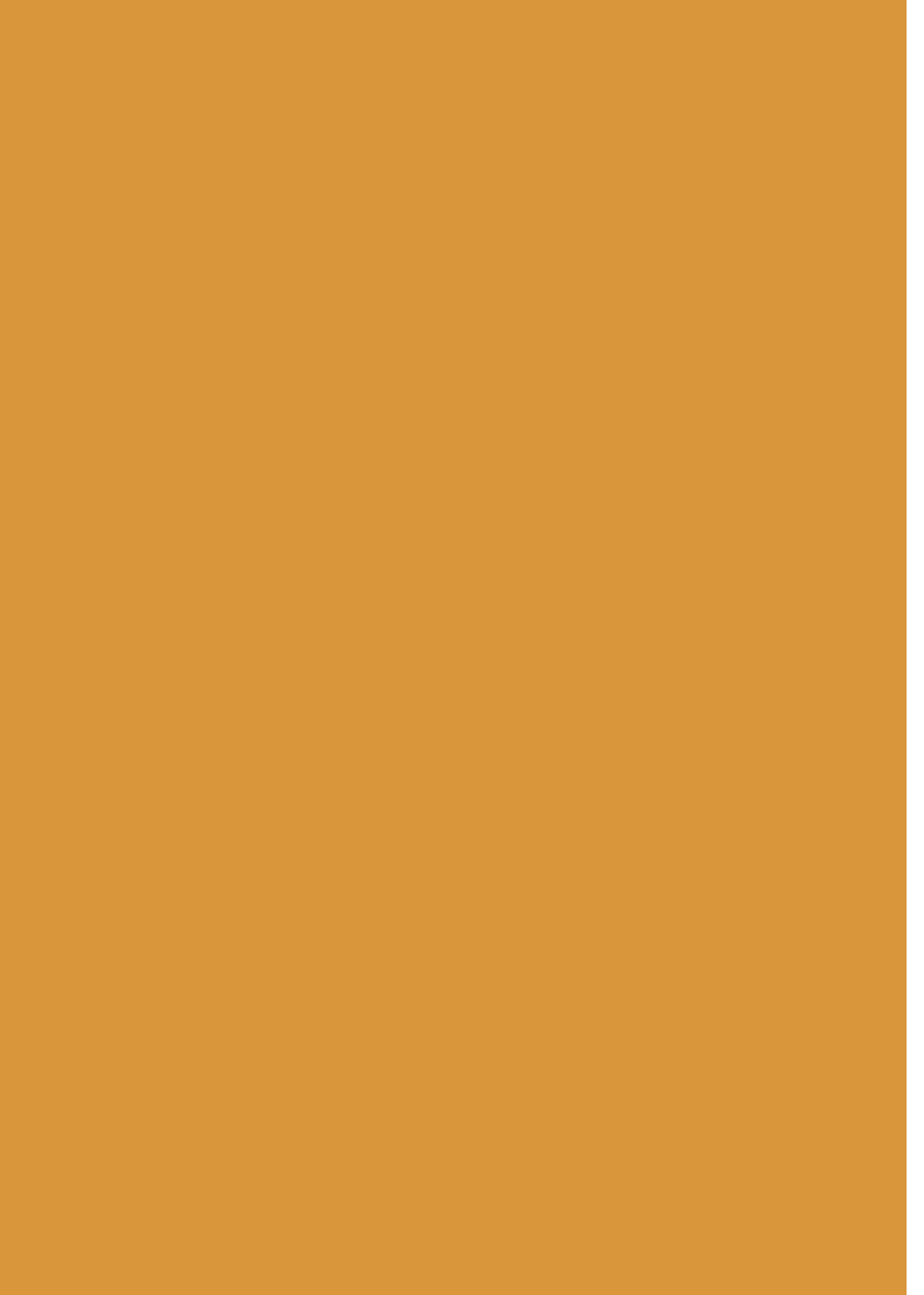
LUCENA, R. (2006). *Percepção das ações antrópicas na comunidade do Alto do Vento, bairro de Sucupira – Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco* – Dissertação de Mestrado, Fundação Joaquim Nabuco.

LUCENA, R. (2005). *Manual de Formação de NUDEC*. Disponível em www.defesacivil.gov.br.

MENDONÇA, M. & LUCENA, R. (2013) *Atividades Socioeducativas para a Redução de Desastres Associados a Deslizamentos*, Volume 3 - No 2- Julho/Dezembro de 2013, RJ, Brasil.

SEGURA, D. (2001). *Educação Ambiental na Escola Pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. São Paulo: Annablume: Fapesp.

UNESCO (2005). *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação*, Brasília, Brasil.



Biblio- grafia.

Gomes, C. & Saraiva, R. (Coord.), 2012, *Actas do Colóquio Catástrofes Naturais: uma realidade multidimensional*. Lisboa: ICJP, in http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf

LUCENA, R. (2005). *Manual de Formação de NUDEC*. Disponível em http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=db8a3774-8703-450e-b18e-21931c2a6fc5&groupId=10157

NAÇÕES UNIDAS (2012). *Como construir cidades mais resilientes. Um guia para gestores locais*. Disponível em www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf

SORENSEN, D. & DUTRA, R. (2012). *Manual de formação de NUDECs*. Brasil: Care Brasil, disponível em http://www.care.org.br/wp-content/uploads/2010/08/MANUAL_FormacaoNUDECs_CAREBrasil_FINAL.pdf

